

A CRITICA/AM

DATA: 11.4.2001 PAG.: A-21

TERRAS INDÍGENAS

Suspensa exploração de pedras

KÁTIA BRASIL
AGÊNCIA FOLHA

A Fundação Nacional do Índio (Funai) transmite, na manhã de hoje, um comunicado por rádio para as 431 aldeias indígenas no oeste do Amazonas, suspendendo qualquer atividade de exploração dos recursos florestais e minerais nas terras dos índios.

O comunicado será transmitido, às 7h30, pela administração da Funai em São Gabriel da Cachoeira (AM), município de onde saiu na semana passada um carregamento de sete toneladas de ametistas e 300 kg de tantalita, apreendido pela Polícia Federal em Manaus.

**DESDE A
MANHÃ DE
HOJE AS
COMUNIDADES
INDÍGENAS
RECEBEM
INFORMAÇÃO
PELO
RÁDIO**

A divulgação do comunicado faz parte de uma estratégia montada ontem para impedir que os índios das reservas do alto rio Negro, médio rio Negro explorem minérios sem a autorização da União.

Nessas reservas, que somam juntas 10,6 milhões de hectares, vivem oficialmente 23.553 índios.

O carregamento apreendido no domingo estava sob responsabilidade do vice-presidente da ONG Cooperativa de Produção dos Índios do Rio Negro (Cooperindio), o catariense Adir Nagel Júnior, e do minerador Olivaldo Cassemiro. Eles



FLAGRANTE

A apreensão das pedras no barco "Tanaka Neto", domingo.

foram detidos para depor na Polícia Federal, que abriu inquérito com base na Lei de Crimes Ambientais.

A carga iria para compradores de Governador Valadares e São João Del Rey, em Minas Gerais, mas não tinha autorização do Departamento Nacional de Pesquisa Mineral.

Em entrevista à Agência Folha, por telefone, o presidente da ONG Cooperindio, o índio tucano Jorge Pereira, reconheceu que a exploração não era legal, mas acusou a Funai de conivência.

"A Funai tem conhecimentos de

que estamos fazendo uma experiência de exploração. Pedimos autorização para mandar um técnico branco (Adir Nagel Júnior) para a reserva para fazer uma análise da qualidade do material e do transporte", disse.

O administrador da Funai, Henrique Vaz, desmentiu Pereira. "Eles receberam uma autorização, no ano passado, para realizar um curso sobre mineração nas aldeias, e não foi esse técnico que ministrou o curso", declarou.

Leia mais sobre o assunto na página c7

TERRAS INDÍGENAS

Lei federal sobre minério é criticada

Críticas à legislação federal no que concerne à exploração de minérios em territórios indígenas foi criticada ontem pelo deputado estadual Vicente Lopes. A manifestação do parlamentar foi feita em virtude da apreensão de sete toneladas de ametista e de 180 quilos de columbita-tantalita pela Polícia Federal no último domingo, no Porto de Manaus. Na oportunidade, Vicente solicitou à Mesa Diretora que inclua, na sua próxima sessão plenária itinerante, pauta tratando da redivisão territorial, exploração do subsolo (mineração) e demarcação de terras indígenas.

Conforme o deputado, São Gabriel da Cachoeira (a 858 quilômetros de Manaus) é um contraste. "Trata-se de um município com uma das maiores províncias minerais do mundo e dono de uma população imensamente pobre", frisou, lamentando que as atividades "ilegais" com relação às pedras preciosas na localidade já ocorrem há muito tempo. "Os índios são uma mão-de-obra injustamente explorada nesse aspecto, pois a tantalita é comprada pela bagatela de R\$ 1 o quilo, enquanto esse mesmo quilo é vendido a US\$ 250 no mercado internacional", raciocinou.

"Eu conheço bem a questão da tantalita, único meio de sobrevivência dos indígenas que a exploram e a vendem a atravessadores

inescrupulosos que pesam o minério numa balança equivalente a uma lata de leite condensado", afirmou. De acordo com Vicente, os índios geralmente moram em áreas de corredeiras, com grande escassez de pescado e sem dinheiro sequer para comprar um pouco de sal. "A legislação tem que ser questionada, porque o índio, quando demarcam as suas terras, dão grandes extensões para ele viver. Ele não pode cortar uma árvore porque o Ibama não permite e não está podendo nem mais caçar, quanto mais derrubar mata para construir sua morada. Além do mais, o índio pisa sobre a tantalita que tem um valor fantástico no mercado internacional", disse o deputado.

COMISSÃO

Exigindo uma urgente reavaliação da legislação federal que proíbe a exploração de minérios em terras indígenas, uma comissão constituída por políticos e membros de tribos do Município de São Gabriel da Cachoeira visitou ontem a Assembleia Legislativa para pedir providências contra o contrabando de ametista e tantalita, minerais semirradioativos que ocorrem em grande escala na região do Alto Rio Negro, especialmente em São Gabriel da Cachoeira.

Os vereadores Ezaú Ambrósio (PSDB) e Camico Agudelo (PTB) disseram que a apreensão de ametista e tantalita efetuada pela Polícia Federal evidencia a exploração clandestina e abusiva de minérios, ao mesmo tempo que deve servir de reflexão e discussão acerca do direito dos índios de aproveitarem os recursos mineralógicos existentes em suas terras em benefício dos 35 mil índios que vivem no Município e do próprio Estado do Amazonas.

**APREENSÃO
DE PEDRAS
E DE
TANTALITA
DESPERTA
PROTESTOS
NA ALE E
EM SÃO
GABRIEL**